

IV - usar a mídia social e as tecnologias para aumentar a conscientização sobre a educação midiática na sociedade civil, fomentando discussões;

V - as mídias local e regional, tanto online quanto offline, podem envolver os jovens por meio de entrevistas, atividades de extensão à comunidade para expressar sua opinião sobre desinformação e diálogo intercultural;

VI - explorar a criação de associações, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e redes nacionais ou regionais de educação midiática ou educomunicação, especialmente em localidades onde ainda não tenham sido instituídas;

VII - promover ou participar de cursos de educação midiática;

VIII - participar de debates online globais como forma de enriquecer o conhecimento a partir de outras iniciativas e experiências envolvendo a educação midiática.

Artigo 4º - O Poder Público poderá firmar convênios, através de editais de chamamento público, e buscar parcerias junto às organizações do terceiro setor para a execução das ações previstas, incluindo suporte, por meio da Secretaria Estadual de Educação, à formação de professores em educação midiática.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se for necessário.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 45, de 2022.

Rômulo Fernandes - Relator  
APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO RÔMULO FERNANDES, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 28/5/2024.

Mauro Bragato - Presidente	
Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Dr. Jorge do Carmo	Favorável ao voto do relator
Mauro Bragato	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator
Caio França	Favorável ao voto do relator

#### PARECER Nº 1073, DE 2024

### DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1220, DE 2023

De autoria do deputado Gerson Pessoa, o projeto de lei em epígrafe objetiva denominar "José Camargo" a alça de acesso do RodoAnel localizada no km 15,800, que liga a Av. Fuad Auada à Rodovia Castelo Branco, em Osasco.

Inicialmente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, manifestou-se favoravelmente ao projeto.

Em seguida, a Comissão de Transportes e Comunicações, em reunião extraordinária, aprovou conclusivamente o projeto, na forma do substitutivo que apresentou.

Assim sendo, a proposição deve ter a seguinte redação final:

*Denomina "Deputado José Camargo" a ponte codificada PTC 016/280, localizada no km 15,800 da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Osasco.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Passa a denominar-se "Deputado José Camargo" a ponte codificada PTC 016/280, localizada no km 15,800 da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Osasco.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 1220, de 2023.

Carlos Cezar - Relator  
APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO CARLOS CEZAR, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 28/5/2024.  
Mauro Bragato - Presidente

Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Dr. Jorge do Carmo	Favorável ao voto do relator
Mauro Bragato	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator
Caio França	Favorável ao voto do relator

#### PARECER Nº 1074, DE 2024

### DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1611, DE 2023

De autoria da deputada Ediane Maria, o projeto de lei em epígrafe objetiva instituir o "Dia Estadual da Trabalhadora Doméstica e de Cuidados", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado.

Aprovado na forma do substitutivo apresentado na Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, o projeto deve receber a seguinte redação final:

*Institui o "Dia Estadual da Trabalhadora Doméstica e de Cuidados".*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Trabalhadora Doméstica e de Cuidados, a ser celebrado anualmente no dia 27 de abril, integrando o Calendário Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 1611, de 2023.

Dr. Jorge do Carmo - Relator  
APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO DR. JORGE DO CARMO, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 28/5/2024.

Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Dr. Jorge do Carmo	Favorável ao voto do relator
Mauro Bragato	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator
Caio França	Favorável ao voto do relator

#### PARECER Nº 1075, DE 2024

### DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1697, DE 2023

De autoria da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas, o projeto de lei em epígrafe objetiva autorizar o Poder Executivo a assegurar a oferta de leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal, nas redes pública e privada de saúde.

Aprovado com o substitutivo apresentado na Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Saúde; e de Finanças, Orçamento e Planejamento, o projeto deve receber a seguinte redação final:

*Autoriza o Poder Executivo a assegurar a oferta de leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal, nas redes pública e privada de saúde.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar que as unidades da rede pública de saúde ofertem acomodação em leito, ala ou área, em separado aos demais pacientes e gestantes, às parturientes de natimorto.

§ 1º - A separação de que trata o "caput" deste artigo também se aplica às parturientes que tenham sido diagnosticadas com óbito fetal, que estejam aguardando ato médico para retirada do feto, às mães de natimortos e/ou casos de aborto espontâneo.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se à rede privada de saúde.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que for necessário.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 1697, de 2023.

Rômulo Fernandes - Relator  
APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO RÔMULO FERNANDES, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 28/5/2024.  
Mauro Bragato - Presidente

Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Dr. Jorge do Carmo	Favorável ao voto do relator
Mauro Bragato	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator
Caio França	Favorável ao voto do relator

#### DESPACHOS

##### DESPACHO DE RETIRADA

**Requerimento 1033/2024**  
Deferido o pedido de retirada do Requerimento de Congratulações nº 1033/24, nos termos do artigo 176, "caput" do Regimento Interno; Arquive-se.  
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 28/5/2024.  
ANDRÉ DO PRADO - Presidente

## Comissões

#### COMUNICADOS

##### CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**COMUNICADO**  
COMUNICO às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados abaixo relacionados, membros deste Órgão Técnico, a realização de uma Reunião Ordinária dia 04/06/2024, terça-feira, às 10:00 horas, no Plenário Tiradentes, com a finalidade de apreciar a pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse do Conselho.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Carlos Cezar	PL	Agente Federal
		Danilo Balas
		Enio Tatto
Emídio de Souza	PT/PCdoB/PV	Vinicius Camarinha
Barros Munhoz	PSDB/Cidadania	Rui Alves
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Solange Freitas
Edmir Chedid	UNIÃO	Monica Seixas do
Ediane Maria	PSOL/REDE	Movimento Pretas
		Gerson Pessoa
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Paulo Correa Jr
Marta Costa	PSD	Capitão Telhada
Delegado Olim	PP	Substituto
Corregedor		Delegado Olim
Alex Madureira	PL - PP	

Sala das Comissões, em 28/05/2024.  
Deputado Barros Munhoz  
Presidente

##### 2ª Reunião Ordinária

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

Juízo de admissibilidade:

Item 1: Processo RGL nº 9838/2024 - Representação ao CEDP, de autoria do Deputado Luiz Fernando T. Ferreira, contra a Deputada Carla Morando, por quebra de decoro parlamentar.

Aplicação de medida disciplinar:

Item 2: Processo RGL nº 26033/2023 - Aplicar a pena de censura verbal à Deputada Mônica Seixas do Movimento Pretas, conforme parecer aprovado na reunião do CEDP em 20/02/2024.

#### ATAS

##### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA**

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, sob presidência da Deputada Andréa Werner. Presentes as Senhoras Deputadas Beth Sáhão, Clarice Ganem, Andréa Werner e os Senhores Deputados André Bueno, Capitão Telhada (membros efetivos), os Senhores Deputados Gil Diniz, Eduardo Suplicy, Luiz Claudio Marcolino (membros substitutos). Ausentes, por motivo justificado, a Senhora Deputada Maria Lúcia Amary e o Senhor Deputado Rafael Silva. Ausentes a Senhora Deputada Fabiana Bolsonaro e os Senhores Deputados Emídio de Souza, Gilmaci Santos, Rafael Saraiva. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A Senhora Presidente deu início à discussão e deliberação dos itens da pauta: Item 1 - Projeto de lei nº 414/2023, de autoria da Deputada Andréa Werner e outros, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir a Renda Paulista para Cuidadores de Pessoas com Deficiência em vulnerabilidade social". Foi relator o Deputado Capitão Telhada com voto favorável. Concedida vista conjunta a Deputada Beth Sáhão e ao Deputado Gil Diniz. Item 2 - Projeto de lei nº 439/2023, de autoria da Deputada Valeria Bolsonaro, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência - FEPD e o Comitê Gestor do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência". Foi relatora a Deputada Maria Lúcia Amary com voto favorável. Aprovado como parecer o voto da relatora. Item 3 - Projeto de lei nº 1216/2023, de autoria da Deputada Andréa Werner, que "Torna obrigatório o fornecimento de cursos sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e acessibilidade física, sensorial e TEA para condôminos e síndicos em condomínios residenciais e comerciais". Foi relator o Deputado Rafael Saraiva com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 4 - Projeto de lei nº 1434/2023, de autoria do Deputado Edmir Chedid e outros, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Centro Dia da Pessoa com Deficiência", com a finalidade de ofertar uma rede de serviços de atendimento e suporte familiar para adultos e idosos com deficiência intelectual e ou doenças que provoquem disfunções cognitivas". Foi relator o Deputado Gilmaci Santos com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 5 - Projeto de lei nº 1521/2023, de autoria do Deputado Vitão do Cachorrão e outros, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa itinerante Carreta DIA". Foi relator o Deputado Gilmaci Santos com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 (CONCLUSIVA) - Moção nº 68/2023, de autoria do Deputado Capitão Telhada, que "Repudia a fala proferida pelo Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que denota desrespeito e desconhecimento das necessidades das pessoas com deficiência mental, imputando a elas atos de violência". Foi relator o Deputado Gilmaci Santos com voto favorável, conclusivamente. Concedida vista conjunta ao Deputado André Bueno e ao Deputado Luiz Claudio Marcolino. Item 7 (CONCLUSIVA) - Moção nº 266/2023, de autoria da Deputada Andréa Werner e outros, que "Repudia a fala proferida pela Vereadora Zirleide Monteiro, do Município de Arcoverde - PE, que denota discriminação contra pessoas com deficiência". Foi relatora a Deputada Beth Sáhão com voto favorável, conclusivamente. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, conforme voto do relator favorável. Item 08: Requerimento nº 827/2024, de autoria da Deputada Andréa Werner, que "requer seja convidado o Senhor José Seripieri Filho, Presidente da AMIL, com o objetivo de prestar à Comissão informações sobre o cancelamento dos planos de saúde de pessoas com deficiência que se encontram em tratamento". Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Luana Graciana Silva, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 28 de maio de 2024.

Deputada Andréa Werner  
Presidente  
Luana Graciana Silva  
Secretária

## Atos Administrativos

##### DECISÕES DA MESA

DE 24/05/2024  
NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

BRUNO JAMALARO, RG nº 436626445, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de YUKIE MATSUBARA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1370/2024);

DANIELE CRISTINA AUGUSTA GOMES, RG nº 246993505, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de CELINA MITIE UEMURA KINOSHITA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1371/2024);

GABRIEL DE OLIVEIRA PINHEIRO, RG nº 133965020, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de ADRIANA CRISTINA GHEZZI FERREIRA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de TÉCNICO LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1372/2024);

JULIA MESSINA, RG nº 108804485, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da exoneração de SILVIA NEIVA LEITE, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de TÉCNICO LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1373/2024);

LORREINE SILVA MESSIAS, RG nº 13754745, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de EMÍLIA NAOMI TODO LIEM, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1374/2024);

LUCIANA DEL RIO MEINTS, RG nº MG283817, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da exoneração de MAURO VITOR FERNANDES DE CARVALHO, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de TÉCNICO LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1375/2024);

MAYARA VASCONCELOS DOS SANTOS, RG nº 343050237, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de MARISA FERNANDES DA SILVA SPINARDI, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1376/2024);

MELISSA BEZ BATTI, RG nº 6064172635, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da exoneração de HUGO FURTADO RODRIGUES, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1377/2024);

OSCAR AUGUSTO BIRKHAN, RG nº 9063443395, para, em Jornada Comum de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, combinado com o artigo 69, parágrafo único, da Resolução nº 776/1996, em vaga decorrente da aposentadoria de CELIO ANTONIO BUARQUE DE GUSMAO, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1378/2024);

RODRIGO CHAGAS DE OLIVEIRA SOUZA, RG nº 349141162, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de MARCO ANTONIO HERNANDES MANTOVANI, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de TÉCNICO LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1379/2024);

TOMAS HERCULANO CORNELIO CARDOSO, RG nº 436443430, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente da aposentadoria de DEBORAH TEREZA REMONDI WERNER, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº1380/2024);

DE 28/05/2024

 **Prodesp**